



## **Agronegócio e Segurança Alimentar: a produção de alimentos para o mundo e para o lugar – uma análise a partir de municípios do Oeste da Bahia**

Izabella de Oliveira Rodrigues – IG/Unicamp  
Orientador: Prof. Dr. Ricardo Abid Castillo – DGEO/IG/Unicamp

**Palavras-chave:** Segurança Alimentar; agronegócio científico globalizado; Extremo Oeste da Bahia.

---

### **Introdução**

O presente estudo configura-se como resultado de projeto de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq) que objetiva investigar em que medida o uso do território nos municípios de Formosa do Rio Preto e São Desidério, no Extremo Oeste da Bahia, pela produção agrícola vinculada à agricultura científica globalizada, corrobora para a consolidação ou a fragilização da condição de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) no território, a partir da dimensão da produção de alimentos. Localizados na região de planejamento do Matopiba, área de expansão da fronteira agrícola no bioma de Cerrados brasileiros, os municípios baianos apresentam expressivas áreas plantadas destinadas à colheita, entretanto, os tipos de cultivos são desigualmente distribuídos no espaço geográfico. A dimensão da produção de alimentos é fundamental para o desenvolvimento e consolidação de políticas públicas voltadas a assegurar à população o direito à alimentação, como previsto pela Constituição Federal Brasileira, bem como a Segurança Alimentar e Nutricional. Posto isso, esta pesquisa busca verificar, nos municípios e na mesorregião delimitada, a distribuição das áreas plantadas, entre os anos 1990 e 2019, dos cultivos de soja e o sorgo, majoritariamente vinculados ao agronegócio no Matopiba; e o arroz, feijão e a mandioca, alimentos fundamentais para o abastecimento do mercado interno e para as práticas alimentares brasileiras. Ademais, o estudo verifica o número de estabelecimentos por grupos de área responsáveis pelos cultivos citados nos municípios e na mesorregião, a fim de estabelecer relação entre cultivos produzidos e estrutura fundiária.

### **Metodologia**

A metodologia empregada para a realização deste estudo concentrou-se em revisão bibliográfica e levantamento e análise de dados de distintas fontes – Produção Agrícola Municipal (PAM/IBGE); Censo Agropecuário (IBGE); Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI/BA), entre outras.

### **Discussão**

Embora o fenômeno da fome seja historicamente presente na realidade socioespacial brasileira, a discussão acerca da Segurança Alimentar passa a adquirir relevância no país a partir da década de 1980, com a redemocratização do Brasil após o período da Ditadura Militar e a formulação da Constituição Federal Brasileira de 1988 (MALUF, 2007). A fome, de acordo com Castro (1980), corresponde a um fenômeno social e geograficamente universal que pode manifestar-se permanentemente, como fome endêmica, ou transitoriamente, enquanto fome epidêmica. O fenômeno distingue-se pela ocorrência da fome crônica, a mais perversa face das carências alimentares, e da subnutrição.

De acordo com levantamento realizado pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (PENSSAN), aproximadamente 116,8 milhões de brasileiros

convivem cotidianamente com algum grau de Insegurança Alimentar (IA) – leve, moderada ou grave e, destes, 19 milhões de brasileiros sobrevivem concretamente à fome através da carência de alimentos em qualidade e quantidade suficientes às necessidades nutricionais (2021, p. 36). Ao tomarmos a complexidade que delinea a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), a noção deve ser concebida a partir de um corpo sistêmico de políticas que compreendam as esferas de produção, distribuição, aquisição, preparo e consumo de alimentos, que combatam a fome e assegurem às populações o acesso à alimentação adequada. De acordo com a Lei nº 11.346/2006, Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), a SAN é definida como

A realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras da saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (BRASIL, 2006, p. 4).

As condições de alimentação nos domicílios brasileiros ocorrem heterogeneamente no espaço e expressam desigualdades preexistentes, o que configura o denominado *mosaico alimentar brasileiro*, cujas partes componentes distinguem-se em *áreas alimentares* (CASTRO, 1980). O conceito de mosaico alimentar “concebe a diferenciação regional dos tipos de dieta existentes no país, oriundas das variadas categorias de recursos naturais (alimentos) e das distintas etnias que constituíram a nação brasileira” (VASCONCELOS, 2008, p. 2711). A noção de áreas alimentares, por sua vez, “concebe uma determinada região geográfica que dispõe de recursos típicos, dieta habitual baseada em determinados produtos regionais e com seus habitantes refletindo, em suas características biológicas e sócio-culturais, a influência marcante da dieta” (VASCONCELOS, 2008, p. 2711). Entretanto, a dieta habitual, pautada em determinados produtos regionais, como explicitada acima, fragiliza-se à medida que, atualmente, consolidam-se sistemas de produção agroalimentares proponentes de um uso corporativo do território a partir do aperfeiçoamento da agricultura científica globalizada, orientada pelo paradigma da competitividade, e que objetiva a “transformação dos territórios nacionais em espaços nacionais da economia internacional” (SANTOS, 2014, p. 147).

Posto isso, este estudo se propõe a elucidar e estabelecer a comparação entre as áreas destinadas ao plantio e à colheita dos cultivos de soja e sorgo, majoritariamente produzidos sob a égide do agronegócio científico globalizado, tal como os cultivos de arroz, feijão e mandioca, componentes essenciais da alimentação brasileira, nos municípios de Formosa do Rio Preto e São Desidério, no Extremo Oeste da Bahia. A mesorregião Extremo Oeste da Bahia destaca-se, no tempo presente, por configurar-se enquanto um espaço produtivo da agricultura globalizada, que integra a região de planejamento agrícola do Matopiba – constituída pelos Cerrados do Sul do Maranhão e do Piauí, o Leste do Tocantins e o Oeste da Bahia.

**Tabela 2** – Evolução da área plantada em hectares dos cultivos agrícolas selecionados nos municípios de Formosa do Rio Preto (BA) e São Desidério (BA) e na mesorregião Extremo Oeste Baiano (BA) – 1990 a 2019

	Área plantada (hectares)				
	Cultivos	1990	2000	2010	2019
<b>Formosa do Rio Preto (BA)</b>	Soja	38.645	72.307	290.836	403.108
	Sorgo	0	0	2.047	3.580
	Arroz	7.000	3.350	2.000	40
	Feijão	92	815	1.780	13

	Mandioca	150	800	450	250
<b>São Desidério (BA)</b>	Soja	147.198	182.050	241.500	384.150
	Sorgo	0	0	3.476	20.000
	Arroz	10.392	17.900	6.820	0
	Feijão	1.443	10.250	10.733	13.815
	Mandioca	1.720	7.500	3.600	411
<b>Extremo Oeste Baiano (BA)</b>	Soja	360.000	628.356	1.014.950	1.580.102
	Sorgo	0	0	13.985	48.665
	Arroz	26.660	50.870	17.395	172
	Feijão	25.033	38.655	52.842	71.306
	Mandioca	16.650	40.780	24.920	4.963

Fonte: Produção Agrícola Municipal (PAM/IBGE). Elaboração: Izabella de Oliveira Rodrigues (2021).

De acordo com os dados apresentados pela tabela, durante o período entre 1990 e 2019, o cultivo de soja apresentou franca expansão em suas áreas plantadas em ambos os municípios destacados, tal como na mesorregião a qual integram, destacando a importância do cultivo para a economia da mesorregião e, portanto, do Matopiba. O cultivo de sorgo, por sua vez, foi introduzido na mesorregião posteriormente à soja, como demonstram os dados, durante a primeira década do século XXI, sobretudo por apresentar-se como uma boa alternativa ao milho para a alimentação de aves, suínos e bovinos (EMBRAPA, 2000). Ambos os cultivos citados servem, entre outras funções, à alimentação animal. Em contrapartida à expansão das áreas destinadas aos cultivos de soja e sorgo, verificadas acima, a incorporação de áreas destinadas ao cultivo de alimentos para a alimentação humana, nos municípios estudados e na mesorregião, apresenta discreta expansão em relação ao feijão e, em relação ao arroz e à mandioca, suas áreas apresentam notável retração.

Nesse sentido, o avanço do agronegócio científico globalizado, possibilitado pelo advento do meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 1994) é responsável por provocar agudas transformações nas dinâmicas socioespaciais, reestruturar economias locais e/ou regionais e, também, desestruturar sistemas de produção diversificada de alimentos existentes anteriormente – desarranjando, portanto, o conjunto de práticas alimentares da população, sendo essas de natureza social, histórica e espacial. De acordo com Paulino e Almeida (2010), o conflito “estaria na dualidade vislumbrada entre a orientação à produção de gêneros comerciais destinados à exportação, em oposição à fragilização do abastecimento do mercado interno, leia-se de gêneros alimentícios” (p. 94).

Em relação ao conflito exposto, Schlesinger (2008) aponta que, o aumento do tamanho médio das unidades produtivas marcadas pelo monocultivo em larga escala e a introdução de novas tecnologias no campo são elementos intrínsecos à redução das áreas destinadas aos cultivos de alimentos considerados básicos, como o arroz, o feijão e a mandioca, evidenciando que o tamanho e o uso das propriedades rurais impactam diretamente o sistema alimentar (BRASIL, 2014). A tabela abaixo busca elucidar o número de estabelecimentos de acordo com os grupos de área destinados aos cultivos agrícolas delimitados neste estudo nos municípios e na mesorregião destacada.

**Tabela 3** – Número de estabelecimentos agropecuários de acordo com os grupos de área destinados aos cultivos agrícolas selecionados nos municípios de Formosa do Rio Preto (BA) e São Desidério (BA) e na mesorregião Extremo Oeste Baiano – 2017

Municípios e Mesorregião	Cultivos	Número de estabelecimentos agropecuários (Unidades)			
		0 a menos 10 ha	10 a menos 100 ha	100 a menos 500 ha	500 ha e mais
<b>Formosa do Rio Preto (BA)</b>	Soja	3	2	16	149
	Sorgo	0	0	3	3
	Arroz	43	0	1	0
	Feijão	623	6	11	5
	Mandioca	292	0	1	0
<b>São Desidério (BA)</b>	Soja	2	0	29	144
	Sorgo	0	6	16	9
	Arroz	41	0	0	0
	Feijão	1.186	3	21	9
	Mandioca	658	2	0	0
<b>Extremo Oeste Baiano (BA)</b>	Soja	16	12	132	585
	Sorgo	105	26	44	23
	Arroz	470	1	1	0
	Feijão	17.427	45	88	31
	Mandioca	6.738	9	2	0

Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE). Elaboração: Izabella de Oliveira Rodrigues (2021).

Os dados acima expostos, oriundos do mais recente Censo Agropecuário (2017), são reveladores de que, nos municípios destacados, tal como na mesorregião Extremo Oeste Baiano, são predominantemente as pequenas propriedades agrícolas as responsáveis pela produção de alimentos que compõem a cesta básica brasileira. Em contrapartida, também é possível verificar que os latifúndios, grandes em extensão e reduzidos em número de estabelecimentos, servem, majoritariamente, à produção de gêneros agrícolas comerciais. Conforme o exposto pelo Guia Alimentar para a População Brasileira, as transformações nas formas de produção de alimentos, a partir do surgimento de sistemas agroalimentares que operam baseados em monoculturas, vêm prejudicando, paulatinamente, a produção de alimentos seguros e saudáveis.

A análise dos dados possibilita compreender que o aprofundamento da agricultura globalizada opõe-se à diversificação produtiva que, por sua vez, é responsável pelo abastecimento ao mercado interno de alimentos. Relacionando as informações obtidas a partir das duas últimas tabelas, é possível averiguar que a concentração fundiária, sob a difusão do agronegócio, é um processo intrínseco à supressão da produção de alimentos essenciais para que a população disponha de uma alimentação adequada e para que a condição de SAN seja consolidada no território a partir da dimensão da produção de alimentos. De tal maneira, ao considerarmos que o direito social à alimentação adequada é previsto pelas normas do Estado brasileiro, a paulatina difusão do agronegócio no território, responsável pela massiva produção de cultivos agrícolas essencialmente comerciais e de baixo valor agregado, corrobora com a fragilização de sistemas de produção de alimentos, majoritariamente produzidos por pequenas propriedades e os quais apresentam valores inferiores de áreas plantadas, em hectares, do que os cultivos vinculados ao agronegócio. Como uma das principais consequências deste cenário, temos o alarmante crescimento do fenômeno da fome e o panorama de insegurança alimentar em voga no Brasil contemporâneo.

## Considerações finais

Este estudo buscou elucidar a relação entre a difusão da agricultura científica globalizada, com vistas a atender o mercado global, e a redução das áreas destinadas ao cultivo de alimentos responsáveis pelo abastecimento interno, com ênfase neste estudo para os cultivos de arroz, feijão e mandioca, componentes fundamentais da cesta básica brasileira. Através da comparação entre as áreas destinadas ao plantio e à colheita de gêneros comerciais, a soja e o sorgo; e as áreas destinadas ao plantio e à colheita dos alimentos arroz, feijão e mandioca, foi possível verificar que, nos municípios Formosa do Rio Preto e São Desidério, a incorporação de áreas destinadas ao plantio, não serve à produção de alimentos, mas sim de produtos agrícolas de baixo valor agregado, sobretudo os categorizados como *commodities*. Ao passo que o Extremo Oeste Baiano configura-se como uma importante região de produção agrícola, os cultivos que devem abastecer a população brasileira e constituir a base de sua alimentação são suprimidos e apresentam suas áreas reduzidas ao longo do período a partir da década de 1990, até os dias atuais. Foi possível verificar, também, que a produção dos alimentos arroz, feijão e mandioca ocorre, preponderantemente, em pequenas propriedades de terra, o que, por sua vez, demonstra que a agricultura familiar é o modelo de produção agrícola que colabora para que o mercado interno seja abastecido e, que, a partir da dimensão da produção de alimentos, a política de Segurança Alimentar e Nutricional possa se estabelecer, enfim, no país.

## Referências bibliográficas

- BRASIL. **Lei n. 11.346, de 15 de setembro de 2006.** Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/consea/conferencia/documentos/lei-de-seguranca-alimentar-e-nutricional>>.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Guia Alimentar para a População Brasileira.** 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.
- CASTRO, Josué de. **Geografia da fome.** 10. ed. Rio de Janeiro: Edições Achiamé, 1980. 361 p.
- EMBRAPA MILHO E SORGO (Sete Lagoas). Embrapa. **Cultivo de sorgo:** importância econômica. importância econômica. 2000. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/27507/1/Importancia-economica.pdf>. Acesso em: 1 maio 2021.
- EMBRAPA SOJA (Londrina). Embrapa. **Dados econômicos.** 2021. Disponível em: <https://www.embrapa.br/en/soja/cultivos/soja1/dados-economicos>. Acesso em: 04 maio 2021.
- MALUF, Renato Sérgio Jamil. **Segurança Alimentar e Nutricional.** Petrópolis: Vozes. 2007.
- PAULINO, Eliane Tomiasi; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida. **Terra e território:** a questão camponesa no capitalismo. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- PENSSAN, Rede. **Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no contexto da pandemia da COVID-19 no Brasil.** 2021. 65 p. Disponível em: [http://olheparaafome.com.br/VIGISAN\\_Inseguranca\\_alimentar.pdf](http://olheparaafome.com.br/VIGISAN_Inseguranca_alimentar.pdf). Acesso em: 1 jun. 2021.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. 1. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.
- SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014. 176 p.
- SCHLESINGER, S. **Soja:** o grão que segue crescendo. 2008. Disponível em <http://ase.tufts.edu/gdae/Pubs/rp/DP21SchlesingerJuly08.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2016.
- VASCONCELOS, Francisco de Assis Guedes de. Josué de Castro e a Geografia da Fome no Brasil. **Cadernos de Saúde Pública** [online]. 2008, v. 24, n. 11, pp. 2710-2717. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2008001100027>.